

ANAIS DO  
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

# TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME II

XLIV

Coleção da *Revista de História* sob a direção  
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL  
1973.

# INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA POLITIZAÇÃO DO VOCABULÁRIO MORAL E RELIGIOSO DO JORNAL O JUSTICEIRO (1834-1835) (\*).

ARNALDO CONTIER

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP).

## 1. — PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS:

### 1.1. — FORMAÇÃO SOCIAL E OS FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS.

Os progressos dos estudos lingüísticos e semânticos desenvolvidos durante êsses últimos anos permitiram-nos iniciar um trabalho experimental de análises de textos relacionados aos principais jornais paulistas de 1827 a 1842. A seleção dos artigos foi orientada segundo os princípios teóricos e metodológicos de Jean Dubois, Roman Jakobson, R. Barthes, S. Ullmann, K. Baldinger, notadamente.

As análises dos vocábulos do *O Justiceiro* não foram norteadas segundo princípios arbitrários. Êsses signos lingüísticos (1)

(\*) . — Comunicação apresentada na 7ª sessão de estudos, Equipe A, no dia 11 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

(1) . — Baldinger (Kurt), *Teoría Semántica-Hacia una semántica moderna*. Madrid, Alcalá Ed., 1970, p. 37 e s.

“... El signo lingüístico reúne un significante, y un significado. Pero qué es dificultad de definir la palabra y lexia. Muchas veces la palabra o la lexia está constituida por la combinación de dos unidades significativas:

portero =	port	+	ero
palabra o lexia	unidade significativa	+	unidade significativa
	lexeme	+	morfema

Baldinger utiliza indistintamente palavra ou lexia. A palavra é composta de um lexema e de um monema, consideradas pelo referido autor, como sendo as duas unidades significativas da palavra. P. 40 “... por los fonemas distinguimos las palabras entre si como portadores de campos semasiológicos; por el contexto distinguimos las significaciones de cada palabra. Así, los fonemas (la estructura fonológica) asumen una clasificación; el contexto (la estructura sintagmática) asegura la precisión semántica de estas unidades significativas (que son paradigmáticamente, complejas, portadoras de significación)”.

foram determinados através de exaustivos estudos contextuais. Trier ao conceituar um sistema lexical, diz que deve ser caracterizado como sendo um conjunto de unidades significativas, formado por uma série de elementos que se delimitam, reciprocamente. Nicolas Ruwet em seu trabalho *La linguistique générale d'aujourd'hui* afirma:

“El estudio del contenido está a la orden del día” (2).

O estudo dos significados deve estar ligado ao sistema de comunicação que é elaborado pela própria língua. Os textos escolhidos traduzem a “ideologia” de Feijó em 1834-35. Procuramos estabelecer os campos lexicais estruturados em função das associações e oposições de todos os elementos significativos (3). Estes se modificam constantemente acarretando dessa maneira mudanças de sentidos não somente na palavra mas também nas estruturas das frases. Analisamos a linguagem de Feijó “ajustada” ao *Sistema: Monarquia Constitucional Representativa*, grande propriedade agrária, capitalismo comercial e mão-de-obra escrava.

Escolhemos um momento histórico cronologicamente delimitado: 1834-1835, seguindo os critérios metodológicos de J. Dubois:

“Aussi devons-nous restreindre l'état de langue se confond avec celle d'une époque c'est-à-dire avec celle de limites temporelles. La compréhension du champ se fera d'abord dans une perspective synchronique” (4).

A fim de analisarmos os vocábulos dos textos, apesar das controvérsias existentes entre as diversas correntes da Linguística e Semântica Contemporâneas (5), podemos afirmar que todos são unânimes em aceitar o princípio de Dubois

---

(2). — Apud Baldinger (Kurt), *op. cit.*, p. 13.

(3). — Duchacek (Otto), *Les Champs Linguistiques*. In: *Revista Philológica Bragensia*, Praga, v. 1: p. 31, 1960.

“Le champ morpho-sémantique d'un mot contient, selon lui [Guiraud], tous les mots qui peuvent s'y rattacher soit par leur forme, soit par leur sens (au mot chat, on peut rattacher 2.000 mots). Ensuite il faut exclure tous les mots qui sont en contradiction avec des critères historiques ou qui refusent de se laisser intégrer dans une des lois qui structurent le champ”. De cette façon, on restreindra le champ du chat à 300 mots (af. c. p. 286) Guiraud, définit le champ lexicologique comme l'ensemble de connexités motivant le terme en question, mais il fait remarques que la structure du champ ne peut être comparée avec le système phonologique”.

(4). — Dubois (Jean), *Le Vocabulaire Politique et Sociale en France (1869-1871)*. Paris, Larousse, 1966, p. 1.

(5). — Jakobson (Roman), *La Linguistique*. In: *Tendances Principales de la recherche de les Sciences Sociales et Humaines*. Paris, la Haye, UNESCO, 1970, p. 545.

“... l'apriorisme est d'autant plus dangereux que dans le langage les faits qu'on aperçoit le mieux sont presque toujours les moins significatifs, les moins essentiels” (6).

Os fenômenos lexicais estão intimamente ligados aos “acontecimentos” históricos (7), segundo elos ou princípios de uma correspondência geral (8).

Partindo-se do princípio de que a linguagem é uma instituição humana, seguimos a teoria de A. Martinet:

“Somos assim levados a situar a linguagem entre as *Instituições* humanas maneira de ver que apresenta inegáveis vantagens: as instituições humanas resultam da vida em sociedade, e o mesmo sucede com a linguagem, que é essencialmente um instrumento de comunicação. As instituições humanas, supõem o exercício das mais diversas faculdades, podem encontrar-se muito espalhadas e ser até, como a linguagem, universo sem se identificarem nas várias comunidades” (9).

Portanto, as mudanças de sentido dos vocábulos não podem ser explicadas em função de teorias propriamente lingüísticas, na medida em que a língua deve ser conceituada como sendo o reflexo dos caracteres específicos do processo histórico de um determinado povo, caracterizado pelo seu modo ou modos de produção e sua formação social. A linguagem de Feijó e de outros políticos da sociedade brasileira, após a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831 reflete a radical descolonização na medida em que as elites nativas tentam estruturar politicamente o Estado Nacional.

A correspondência entre os fenômenos lingüísticos e as maneiras de pensar de Feijó, Costa Carvalho ou José Bonifácio demonstra que para se analisar o vocabulário ideológico, político ou

---

(5). — “... En réalité, la plupart des désaccords récents sont dus en partie à une répartition différente des problèmes linguistiques choisis et signalés par les chercheurs individuels ou des équipes de spécialistes comme étant les plus urgents et les plus importants. Il arrivé en fait que pareille sélection aboutisse à confiner la recherche dans les sujets qui ont été écartés”.

(6). — Dubois (Jean), *op. cit.*, p. 1.

(7). — Soboul (Albert), *Description et Mesure en Histoire Sociale. In: L'Histoire Sociale: Sources et Méthodes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1967, p. 10 e 11.

“La pure histoire événementielle retrouve toute sa légitimité à être reprise dans la perspective de l'histoire sociale... À travers de l'événement politique, transperce, comme toujours la motivation sociale qui en a été le ressort essentiel”.

(8). — Dubois (Jean), *op. cit.*, 1.

(9). — Martine (André), *Elementos de Linguística Geral*. 2ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editôra, 1970, p. 5.

econômico é imprescindível estabelecer relações entre os grupos sociais de um lado e os problemas lexicais do outro. Dubois afirma:

“...Nous aurons donc à nous demander comment l'état d'un lexique, à un moment donné dans une société donnée est l'image de la structure économique et politique” (10).

O conceito de formação social prende-se ao estudo de uma realidade concreta considerada como sendo

“... compleja, impura, como toda realidade...” (11).

“... uma totalidade social concreta historicamente determinada”.

No estudo da formação social brasileira nas primeiras décadas do século XIX, caracterizada pelo modo de produção (comércio periférico); pela grande lavoura comercial e atividades agrícolas de subsistência; pela estrutura ideológica determinada pelas relações “sociais” de produção: senhor de engenho, comerciante, mão-de-obra escrava e estrutura jurídico-político do Estado português e à partir de 1822 do Estado Nacional. A sociedade brasileira devido à sua heterogeneidade caracterizava-se pelo comércio periférico e pelas tendências “ideológicas” diversificadas que emergiram à partir notadamente da Insurreição Pernambucana de 1817.

“Os acontecimentos nordestinos acelerados em 1817 não podem ser entendidos fora do seu contexto mais amplo: constituíram a primeira manifestação mais significativa de uma série de rebeliões que iriam marcar o trânsito do Brasil do Antigo Regime Colonial português para os quadros do imperialismo da potência mais industrializada da época (datas de referência: 1810 e 1827). Os motins de 1821, que atingiram o Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais bem como os levantes de 1822 no Pará no Rio Grande do Norte e Pernambuco criavam o ambiente para o Fico e anunciavam a eclosão das Guerras da Independência” (12).

A “ideologia” de Feijó em 1834-1835 refletia o processo de *descolonização* definido pela

“La tendencia ideológica dominante, que subordina y deforma a las demás tendencias, corresponde generalmente a la tendencia

---

(10). — Dubois (Jean), *op. cit.*, p. 2.

(11). — Harnecker (Marta), *Los Conceptos elementales del materialismo histórico*. 6ª ed., México. Siglo Veintiuno Editores S. A., 1971, p. 146.

(12). — Mota (Carlos Guilherme), *Nordeste, 1817*. (Tese mimeografada). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, novembro de 1970.

ideológica própria del explotador de la relación de producción dominante” (13).

Através das análises dos textos dos diversos jornais do Período Regencial, verificamos que a “ideologia” dominante se definia em função do testamento social dominante. Os artigos redigidos por Feijó e David Ribeiro refletiam os “ideais liberais moderados” dos grupos sociais dominantes: anti-lusitanismo; substituição gradual da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado; manutenção da agricultura e do comércio como as principais atividades e do apoio à política econômica liberal dos ingleses. Durante o período Regencial (1831-1840) os grupos sociais dominantes procuravam esburucar jurídica e politicamente o “novo” Estado Liberal e Nacional segundo os moldes europeus.

Indicamos através dos textos analisados do jornal *O Justiceiro* os “comportamentos” dos redatores diante dos “acontecimentos” históricos: Ato Adicional (reforma da Constituição); criação das Assembleias Provinciais; inícios da Guerra dos Farrapos (1835); eleição do regente único (1835); cessação do Tráfico negreiro (1831).

Os documentos refletem essas “ideologias” explicadas por Althusser (14) ao nível da G I (Generalidade I), que constitui a matéria prima que posteriormente deverá ser transformada pelo historiador em “conceitos” (G III). A G III é a generalidade “concreta” representativa de um conhecimento. Objetivamos através desse trabalho um estudo introdutório e experimental do vocabulário político e moral do periódico. *O Justiceiro*, que manifesta a G. I. Segundo esquema interpretativo desse conceito de Althusser, elaborado por Poulantzas, a G. I representa a

“Analyse concrète d'une conjoncture politique et sociale concrète”... “g 1” Informations sur une formation sociale capitaliste et son niveau politique en particulier” (15).

A análise dos documentos seguiu os princípios das relações paradigmáticas que demonstraram os antagonismos ideológicos entre os membros dos estamentos sociais. Assim as conceituações de Feijó sobre: “monarquia/república”; “partido moderado”/ “partido restaurador”; “ordem/desordem”, entre outras, refletem à sua formação profissional e posição política num determinado momento histórico.

\*

---

(13). — Harnecker (Marta), *op. cit.*, p. 146.

(14). — Althusser (Louis), *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 160.

(15). — Poulantzas (Nicos), *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris, Maspero, 1968, p. 15.

1.2. — *Similaridade e contigüidade, segundo as teorias de Roman Jakobson.*

Para a elaboração da análise da estrutura da linguagem utilizada pelos políticos paulistas entre 1827 e 1842, procuramos definir os signos lingüísticos através de duas operações teóricas consideradas fundamentais:

1. — a de similaridade; 2. — a de contigüidade, segundo os conceitos de R. Jakobson (16).

“Falar implica a seleção de certas entidades lingüísticas e sua combinação em unidades lingüísticas de mais alto grau de complexidade. Isto se evidencia imediatamente ao nível lexical: quem fala seleciona palavras e as combina em frases, de acordo com o sistema sintático da língua que utiliza; as frases, por sua vez, são combinadas em enunciados...”.

“Todo signo lingüístico implica dois modos de arranjo:

1). — A combinação. Todo o signo é composto de signos constituintes e/ou aparece em combinação com outros signos. Isso significa que qualquer unidade lingüística serve, ao mesmo tempo de contexto para unidades mais simples e/ou encontra seu próprio contexto em uma unidade lingüística mais complexa. Segue-se daí que todo agrupamento efetivo de unidades lingüísticas liga-as numa unidade superior: combinação e textura são as duas faces de uma mesma operação”.

2). — A seleção. Uma seleção entre termos alternativos implica a possibilidade de substituir um pelo outro. De fato, seleção e substituição são as duas faces de uma mesma operação”.

“Essas duas operações fornecem a cada signo lingüístico dois grupos de interpretantes, para retomar o útil conceito introduzido por Charles Sanders Peirce: duas referências servem para interpretar o signo-um ao código e outra ao contexto, seja ele codificado ou livre, em cada um desses casos, o signo está relacionado com outro conjunto de signos lingüísticos, por uma relação de alternância no primeiro caso e de justaposição no segundo. Uma dada unidade significativa pode ser substituída por outros signos mais explícitos do mesmo código, por via de que seu significado geral se revela, ao passo que seu sentido contextual é determinado por sua conexão com outros signos no interior da mesma seqüência”.

Essas considerações teóricas de R. Jakobson permitiram-nos esudar os códigos da linguagem de Feijó: as relações contextuais

---

(16). — Jakobson (Roman), *Linguística e Comunicação*. 2ª ed., São Paulo, Editora Cultrix, 1969, p. 39 e 40.

especificam o sentido das unidades significativas. O estudo dos signos lingüísticos em relação ao discurso (tomado em sua totalidade) se fundamenta no estatuto da contigüidade. Quando êsses signos são substituídos por outros, o estudo passa a ser baseado no estatuto da simi'aridade.

“Os constituintes de um contexto têm um estatuto de contigüidade, enquanto um grupo de substituição os signos estão ligados entre si por diferentes graus de similaridade, que oscilam entre a equivalência dos sinônimos e o fundo comum (common core) dos antônimos” (17).

Conclui-se que, através de uma análise semântica estrutural há a possibilidade de um vocábulo

“... levar a outro, quer por contigüidade, quer por similaridade”.

O estatuto da contigüidade remete-nos ao processo metonímico e o da similaridade ao metafórico. Jakobson amplia essas considerações ao afirmar que

“... A competição entre êstes dois procedimentos metonímico e metafórico se torna manifesta em todo o processo simbólico...”.

\*

### 1.3. — *Polissemia*.

Cada palavra pode ter vários significados em função de outras, pelos indivíduos que compunham os diversos estamentos da sociedade paulista, durante a esruturação política do Estado Nacional. Os vocábulos estudados contextualmente em todos os artigos do *O Justiciero* possuíam vários sentidos, que variavam de um discurso para outro.

A distinção dos sentidos dos vocábulos econômicos, políticos ou ideológicos é sempre arbitrária. As vêzes, um mesmo vocábulo pode ter um sentido à “instância” do político ou do ideológico. A dissociação entre êsses níveis é difícil e mesmo quase impossível.

O estudo do léxico não representa uma somatória dos sentidos das palavras de uma determinada língua em um momento, histórico, mas uma tentativa de se elaborar um sistema estruturado, em que cada vocábulo se relaciona com outro em função dos seus significados. Ao analisarmos os vocábulos empregados por Líbero Badaró no *O Observador Constitucional* (antes de 1831) e os utiliza-

---

(17). — Jakobson (Roman), *op. cit.*, p. 41.

dos por Feijó no *O Justiceiro* verificamos que a maioria das palavras são polissêmicas na medida em que cada vocábulo possui um sentido de acôrdo com o contexto estabelecido pelo discurso

“... No hablamos con palabras aisladas, sino con frases. La palabra aislada se inserta en un estructura más amplia y a través de esta se hace la determinación de lo pensado en la palabra, aislada, es decir, el contexto determina la fijación del significado en la situación lingüista concreta” (18).

Esse estudo das significações constitui segundo Baldinger o campo semasiológico.

Analisamos os textos do *O Justiceiro* seguindo às preocupações teóricas de Dubois que analisa os vocábulos segundo critérios ligados às estruturas econômicas, políticas ou ideológicas dos grupos sociais pertencentes à uma determinada sociedade.

G. Mattoré procura definir o léxico consoante critérios sociológicos. Otto Dúchacek ao estudar a metodologia seguida por esse sociólogo afirma

“... À son avis le lexique est l'expression de la société et le reflet des faits sociologiques. Il prétend découvrir un principe qui permet de déterminer les rapports entre le mot et le concept dans la conscience d'une part et dans la société d'autre part ce pourra résoudre le problème de la nature du fait lexicologique et par voie de conséquence, celui de la nature du fait social” (19).

Esse autor diverge da corrente dos idealistas alemães que admitem uma lexicologia associada aos fatos sociológicos, psicológicos ou históricos. Procura buscar o *Geist* (Espírito) de uma sociedade num determinado momento histórico. Mattore, ao estudar o século XVIII francês definiu-o através das “palavras-chaves” “homem honrado”, “felicidade”, entre outras, a sociedade da época. O agrupamento dessas palavras, segundo o referido autor, representa o centro do campo nacional.

Bellin-Mil'eron elaborou um trabalho semelhante ao estudar a Revolução Francesa. Estruturou sua obra em função dos campos semânticos, determinados à partir das noções de Lei e Pátria que sempre apareciam associadas nos diversos documentos da época a outros vocábulos “bem estar”, “povo”, “união”, “felicidade”, “virtude”, “liberdade”, entre outros.

---

(18). — Baldinger (Kurt), *op. cit.*, p. 36.

(19). — Dúchacek (Otto), *op. cit.*, p. 31.

Não seguimos os critérios metodológicos de Ma'toré e Bellin-Mi'leron, pois a seleção das "palavras-chaves" dos textos do *O Justiceiro* implica sempre numa certa arbitrariedade. O estudo dos vocábulos "partidos moderados" "ordem/anarquia/" "exaltados/moderados", "restauradores/moderados, monarquia/república"; entre outros, não pode ser definido de acôrdo com as teorias dêsses autores. Mas apenas como uma exemplificação.

Esses métodos e critérios serão aplicados em outros jornais (20) do período estudado em nossa pesquisa. Portanto através de uma análise crítica de todos os vocábulos empregados pelos redatores dos jornais e revistas (geralmente eram os políticos mais representativos dêsse momento histórico) podemos estudar o vocabuário dos homens políticos paulistas que participam da estruturação jurídico-político do Estado durante os fins do I.º Reinado (21) e período Regencial (1831-1840).

\* \*  
\*

## 2. *O Jornal "O Justiceiro" e o momento histórico: 1834-1835.*

2.1. *Justificativa:* Os Jornais do I Reinado e Período Regencial refletem a propagação de idéias relacionadas às doutrinas políticas, filosóficas e econômicas européias. Essas idéias penetraram nas diversas camadas sociais e repercutiram diferenciadamente entre os indivíduos pertencentes à uma formação social histórica e determinada. A abdicação de D. Pedro I em abril de 1831 representava no plano das "ideologias" uma total "descolonização" definida pelo nacionalismo (anti-lusitanismo), anti-absolutismo, pela manutenção de um comércio livre com as potências mais desenvolvidas — Inglaterra e França, pela divulgação das idéias liberais divulgadas pelas Sociedades Defensoras da Liberdade Nacional, pelos intelectuais que haviam estudado nas Universidades estrangeiras como Paris, Montpellier ou Coimbra.

2.2. — *Análise sincrónica de textos: artigos do Jornal paulistano "O Justiceiro" de dezembro de 1834 a fevereiro de 1835).*

A proliferação de periódicos nas Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, entre outras, durante o Período Regencial pode ser explicada em função das "experiências

---

(20). — *O Farol Paulistano; O Nôvo Farol Paulistano; O Paulista; O amigo das Letras; Caramuru; Aurora Fluminense; O Nacional; O Paulista Oficial*, entre outros.

(21). — Poulantzas (Nicos), *op. cit.*, p. 15 e ss.

repúblicas” (22), das crises financeiras, das tentativas de estruturação do poder político pelos grupos sociais dominantes. *A análise sistemática dos textos* dos jornais, revistas, pasquins e panfletos permitem um estudo crítico e aprofundado dos campos lexicais ou morfo-lexicais (23).

Os conflitos entre as facções políticas dos grupos sociais brasileiros motivaram o desenvolvimento de uma imprensa que revelava um vocabulário político, moral (filosófico) e social, muito diversificado. É possível estabelecer através da análise dos vocabulos utilizados pelos redatores desses periódicos as tendências políticas e sociais dos principais políticos desse momento histórico: José da Costa Carvalho, Diogo Antônio Feijó, Evaristo da Veiga, José Bonifácio de Andrada e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

No Brasil em 1830 circulavam 53 jornais, sendo 42 de tendências liberais e 11 de outras facções políticas (24), o número desses impressos aumentou consideravelmente durante o Período Regencial. Alguns não ultrapassaram o primeiro ou segundo número devido às suas idéias liberais “exaltadas” ou “restauradoras” ou outras tendências que ameaçam a “ordem” do Estado. No catálogo de jornais e revistas da Biblioteca Nacional consta o número de 183 periódicos publicados no Brasil entre 1831 e 1840 (25).

---

(22). — O Ato Adicional de 1834 alterou a Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824 apresentando “reformas liberais moderadas”. Notadamente o artigo 26 referente à eleição do regente único (eleito de quatro em quatro anos) através das votações dos eleitores qualificados em todas as paróquias dos Colégios Eleitorais das vilas e cidades brasileiras. O regente único substituiu o imperador em todos os seus encargos constitucionais. Otávio Taquínio de Sousa diz “... ficava o regente único na situação de um verdadeiro presidente da República” (22’).

Feijó, um dos redatores do periódico *O Justiciero* foi eleito Regente do Império em 1835. Os textos analisados refletem as suas “ideologias” “ajustadas” ao SISTEMA durante o processo da *Descolonização* (22’’) iniciado durante a Insurreição Pernambucana de 1817.

(22’). — Sousa (Otávio Tarquínio de), *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editôra, volume 9, p. 261.

(22’’) . — Mota (Carlos Guilherme), *op. cit.*

(23). — Guiraud (Pierre), *La Semántica*. 2ª ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 107.

Os estudos sobre os sentidos das palavras estão associados, segundo Guiraud em três grandes divisões: “... una morfolexicología, o estudio de las palabras considerando su forma independientemente de su función; una semántica, o estudio de las palabras consideradas en su sentido; una lexicostilística, o estudio de las palabras consideradas en sus valores expresivos y sociocontextuales”.

(24). — Sousa (Otávio Tarquínio de), *Diogo Antonio Feijó*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, volume VI, 1957, p. 126.

(25). — Catálogo de jornais e revistas do Rio de Janeiro (1808-1889). *Anais da Biblioteca Nacional*, 85, 1965.

A instalação ou circulação de fôlhas impressas eram proibidas nas diversas Capitânicas posteriormente Provinciais durante o Antigo Regime Colonial (26). Numa Carta Régia de 9 de julho de 1818, D. João VI proibia a leitura e a entrada do jornal *O Portuguez* na Província de São Paulo ordenando que

“nenhum vassalo o receba, lêa e o retenha em seu poder ou o espalhe, debaixo das penas impostas pelas leis contra os que divulgam ou remetam livros sem licença real” (27).

Em dezembro de 1819 foram apreendidos nessa mesma Província todos os exemplares do *Campeão ou amigo do Rei e do Povo*. Tôdas as ordens das autoridades locais eram geralmente publicadas através de Bandos que eram lidos nas praças públicas das vilas ou cidades pelos pregoeiros. As notícias eram transmitidas e difundidas entre as camadas letradas e iletradas da população da Província de São Paulo através de boatos que se deturpavam à medida que penetravam pe'o interior ou de “fogo” em “fogo” das freguesias das vilas ou cidades. Também êsse fato ocorreu com o surgimento da imprensa que se utilizava de uma linguagem violenta, rústica ou polêmica a fim de divulgar notícias falsas: “motins” de escravos ou de “revoluções” iniciadas em Itu pelo “repub'icano” Nicolau Pereira de Campos Vergueiro ou da proc'amação de uma República em São Paulo em 1831...

*O Farol Paulistano* foi o primeiro jornal impresso na Província de São Paulo, fundado pe'o advogado e grande proprietário de terras José da Costa Carvalho. Desde a publicação do primeiro número dêsse jornal em 7 de fevereiro de 1827 até 1840 circularam na referida Província dezenas de outros periódicos: *Observador Constitucional* (1829) redator principal Libero Badaró; *O Amigo das Letras* (1830), *A Voz Paulistana* (1831) e a revista *Filomática* (1833), eram publicações orientadas por a'unos e professôres do curso Jurídico; *O Nôvo Farol Paulistano* (1831); *O Paulista Oficial* (1834); *O Correio Paulistano* (1831); *O Paulista* (1831); *O Federalista* (1832); *O Observador Paulistano*, órgão de oposição ao

---

(26). — Novaes (Fernando), *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial In: Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 71.

“Escravidão, tráfico negreiro, formas de várias de servidão formam portanto o eixo em tôrno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino valorizando para o mercantilismo europeu...”. “É dessa estrutura básica, a nosso ver, se tem de partir, se se pretender compreender os movimentos históricos, em todos os seus níveis, dos três séculos de nossa formação colonial, e mesmo os seus prolongamentos em resistência até os dias atuais”.

(27). — Apud Ribeiro (Jacinto), *Cronologia Paulista*, volume 2, 1899, p. 55.

Governo, redigido pelo padre Diogo Antônio Feijó defensor das idéias liberais, que posteriormente, sustentaram a sedição de 1842; *O Publicola* (1840).

A linguagem utilizada pelos redatores desses jornais, incluindo-se *O Justiciero*, era violenta e rude. Objetivava impressionar e convencer os leitores procurando pintar com tonalidades fortes o quadro da sociedade da época a fim de demonstrarem através de análises “verdadeiras” e “reais” os principais problemas sociais, políticos, econômicos ou religiosos.

*O Justiciero*, jornal semanal tinha como principais redatores o padre Diogo Antônio Feijó e Miguel Arcanjo Ribeiro de Castro Camargo. Cada número continha de duas a seis páginas com a maioria dos periódicos brasileiros do mesmo período. Na primeira página eram publicados os artigos do Interior de autoria de um dos redatores do jornal ou de traduções de artigos de panfletistas, de filósofos franceses ou ingleses, tais como Montesquieu, Droz, Cousin. Esse periódico não possuía epígrafe, ao contrário dos demais publicados durante as Regências. O primeiro número foi publicado em 7 de novembro de 1834, mas não se sabe exatamente a data da sua última publicação. Na Biblioteca Nacional existem somente os dezessete primeiros (de 1834 a 5 de março de 1835). A. Freitas afirma

“É possível que *O Justiciero* haja interrompido sua publicidade com a elevação de Feijó à Regência do Império em 12 de outubro de 1835” (28).

Através da análise semântica dos textos publicados nos números: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 14, e 17 constatamos que um dos objetivos do jornal era combater os grupos políticos considerados “anarquistas”, isto é, “restauradores” ou “federalistas” que ameaçavam a “paz” e a “tranquilidade” da “Nação”.

A linguagem utilizada refletia a polêmica da polêmica do vocabulário oral, religioso ou filosófico. Procurava-se combater ou censurar todos os atos considerados “ilegais” do governo, das Assembléias Provinciais, dos Magistrados, dos eleitores.

“... Enfim de toda a casta de Empregados Públicos” que procuravam ludibriar as pessoas “inocentes” (29).

---

(28). — Freitas (Afonso de), *A Imprensa Periódica de São Paulo*. São Paulo Tip. do “Diário Oficial”, 1915, p. 64.

(29). — *O Justiciero*, São Paulo, 7 nov. 1834, p. 4.

Os redatores do jornal *O Justiceiro* consideravam-se censores da sociedade sempre procurando apontar os seus “males” “República”, “Escravidão”, “Magistrados Arbitrários”, “Celibato Clerical”, “Despostismo” e aplicar os “remédios” a fim de transformá-los em “bens” Monarquia Constitucional, “Trabalho Livre”, “Magistrados Imparciais e Justos”, “Liberalismo Moderado”. Logo buscavam as soluções — “os remédios” — dos problemas sociais a fim de se atingir a felicidade, que somente poderia ser conseguida através do “trabalho”, da “moral, da paz” e “tranquilidade”. Mas essas soluções deveriam ser regulamentadas pelas *LEIS* justas elaboradas pelos legisladores “imparciais”.

Os artigos do Interior e outros publicados nos (17) dezessete números analisados relacionam-se a temas dos mais diversos: “Do Jornalismo no Brasil (30); “Causas da Tranquilidade do Brasil” (31); “A Monarquia é necessária ao Brasil” (32); “Caráter do Ministério desde 7 de abril” (33); “Comunicados sobre o Celibato” (34); “Do Tráfico dos Pretos Africanos” (35), entre outros. Em todos êsses textos os autores preocupam-se constantemente em apontar os atos “maléficos” ou “arbitrários” do Governo Imperial, da Imprensa e da Igreja. Eram publicados artigos literários de autores partidários da mesma diretriz “ideológica” do jornal, sempre contrária aos excessos: “anarquia”, “desordem”, “imoralidade”, “desumanidade”. Notícias sobre preços de produtos ou gêneros; taxa cambial, comércio e agricultura. Havia uma secção destinada aos assuntos internacionais

“... Em uma palavra procuraremos ser útil a tôdas as classes” (36).

Os redatores do referido periódico ao concluírem o artigo “Golpe de Vista sobre o Actual Estado do Brasil” explicitaram aos leitores que

“... nós não escrevemos para os Sábios; a êsses pertence a tarefa de criticar-nos somente. Escrevemos para o Povo; sempre zelamos pouco de linguagem e de estilo: gostamos de ser entendidos e isto basta” (37).

---

(30). — *O Justiceiro*, *idem*.

(31). — *O Justiceiro*, São Paulo, 11 dez. 1834, p. 21 e 22.

(32). — *O Justiceiro*, São Paulo, 4 dez. 1834, p. 17 e 18.

(33). — *O Justiceiro*, São Paulo, 5 março 1835, p. 65 e 66.

(34). — *O Justiceiro*, São Paulo, 13 nov. 1834, p. 5 e 6.

(35). — *O Justiceiro*, São Paulo, 25 dez. 1834, p. 29 e 30.

(36). — *O Justiceiro*, São Paulo, 7 nov. 1834, p. 4.

(37). — *O Justiceiro*, São Paulo, *idem*.

Todos os artigos eram assinados pelos seus respectivos autores. Geralmente as correspondências recebidas e os artigos publicados em outros jornais ou revistas do mesmo momento histórico não eram assinados pelos redatores ou correspondentes que preferiam manter-se no anonimato para evitar atos e violências que poderiam ser praticadas pelos seus opositores.

O texto “O Tráfico dos Prêtos Africanos” escrito em fins de 1834 insere-se num momento histórico (1831-1840) em que as elites brasileiras procuravam estruturar o poder político do Estado Nacional segundo os modelos estrangeiros. O estudo das “ideologias” das principais facções políticas têm por finalidade analisar as contradições internas do processo histórico brasileiro durante o Império num momento de ruptura política com o Antigo Sistema Colonial. Os grupos sociais brasileiros influenciados pelas idéias liberais procuravam-se identificar com a Civilização Ocidental, liberalismo econômico, Monarquia Constitucional Representativa, tendo como modelos as Nações consideradas “civilizadas” pelos escritores desse período França, Inglaterra e Estados Unidos.

A independência do Brasil em 1822 permitiu o surgimento de uma imprensa “polêmica” que passou a discutir os grandes problemas da época. Para se delimitar o campo morfo-lexical o vocabulário das fontes documentais deve reproduzir momentos históricos definidos pelas contradições sócio-culturais. Por esse motivo a imprensa do Período Regencial representa uma fonte documental de suma importância para análise da realidade política do Brasil. Dubois afirma que para se estudar o vocabulário político, social ou filosófico é preciso fixar princípios gerais e os critérios particulares que orientaram na escolha dos textos e do momento histórico propriamente dito:

“... sans lesquelles les études de vocabulaire sont sans fondement véritable” (38).

A imprensa paulista do período caracterizava-se pelo anti-lusitanismo, pelo nacionalismo e pelas idéias liberais moderadas. O *Novo Farol Paulistano* reproduziu em um dos seus números paulistas:

“No Estado, em que se acham as coisas do Brasil, que devia vão tomando uma figura mais assustadora; quando a dissolução social avança a passos largos, e uma desordem quase inevitável ameaça tudo destruir, é prudência, que cada parte dêste grande todo vá com antecipação tomando suas medidas, a fim de se não

---

(38). — Dubois (Jean), *op. cit.*, p. 3.

achar sem recursos no momento do perigo. A união do Brasil, que por muitos anos ainda nos era de absoluta necessidade, quem sabe por quanto tempo durará? É mister pois, que as Províncias não durmam, que fazendo todos os esforços para conservar entre si a união, da qual depende nossa prosperidade, nossa futura grandeza, talvez mesmo nossa independência Real, e a nossa Liberdade, todavia estejam prevenidas para o que puder acontecer: é sabedoria não olhar para os males futuros como impossíveis; mas prevêê-los, e fazer as disposições necessárias para minorá-las, ou ser por êles totalmente oprimidos” (39).

Através da análise lingüística do texto “Do Tráfico dos Prêtos Africanos” não pretendemos esabelecer a exata correspondência dos fatos “reais” ou acontecimentos históricos do período Regencial e os vocábulos empregados por Feijó ou de Castro Camargo mas sugerir problemas e possíveis relações dos referidos vocábulos que constituem o sistema de comunicação da língua. Portanto pretendemos analisar o estado de um léxico num momento histórico determinado através de um texto de um jornal que reflete a “ideologia” de um grupo social (1834-1835).

A partir de 1822 com a estruturação jurídico-administrativo do Estado brasileiro os escritores começaram a se aproximar do grande público utilizando-se dos jornais, revistas acadêmicas ou pasquins. Os intelectuais tomam consciência da realidade brasileira e

“... vão procurar como tarefa patriótica, definir conscientemente uma literatura mais ajustada às aspirações da jovem Pátria, favorecendo entre criador e público relações vivas e adequadas à nova face” (40).

As idéias desses escritores como Evaristo da Veiga, liberal moderado, principal redator da *Aurora Fluminense* (41); Antônio Borges da Fonseca, liberal “exaltado”, redator do *O Repúblico* (42);

---

(39). — *O Nôvo Farol Paulistano*. São Paulo, 7 set. 1831, p. 1.

(40). — Cândido (Antonio), *O Escritor e o Público*. In: Coutinho, Afrânio *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Sul Americana, 1968, volume 1., p. 103.

(41). — *Aurora Fluminense*, Jornal político e literário. Ano I-XII (nº 1 — 1.134); 21 dez. 1827-21 dez. 1835; 2a. fase (nº 1-163); 2 maio 1838 30 julho 1839. Rio de Janeiro, Tip. do “Diário” 1827-39-1-297 números em 10 vols. 30 cm. CEHB 3903. Fundador: José Apolinário de Moraes. Redatores [J. Fr. Sigaud, F. Valdetaro e Evaristo da Veiga. Foi impresso também nas tipografias de Lessa e Pereira Gueffier, Cunha e Vieira; Americana de I. P. da Costa; Ogier] Crémère e Paula Brito. Do nº 285 em diante deixou de ter subtítulo.

(42). — *O Repúblico*. Ano I (nº 1-85); 2 out. 1830 — 7 julho 1831 (nº 168-212); 30 jun. — 17 nov. 1832 (nº 1-5); 19-20 jan. 1837 (nº 1-197); 1 jun. 1853 — 15 dez. 1855. Rio de Janeiro-Paraíba. Tip. Astrea e outras 1830-55.

Luiz Antônio May *A Malagueta* (43); Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Antônio Carlos Machado, principais orientadores de *O Carijó* (44); David da Fonseca Pinto partidário da “restauração”, redator do *Caramurú* (45) entre outros utilizavam-se

“... do jornal, a tribuna, o recitativo, a cópia volante que conduziam as suas idéias ao público aos homens livres, dispostos a vibrar na grande emoção do tempo” (46).

Através da análise dos textos de *O Justiceiro* podemos chegar às mesmas conclusões de Antônio Cândido quando diz

“A grande maioria dos nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o son de sua voz brotar a cada passos por entre linhas” (47).

O estudo do vocabulário dos jornais é fundamental para o estudo da língua, da linguagem e dos problemas criados pelas circunstâncias políticas ou sociais. Zdeňek Hampejs afirma que

“não existe melhor veículo do que a Imprensa para refletir de imediato a linguagem criada pelas circunstâncias da vida política...” (48).

\* \* \*

2. — DO TRÁFICO DOS PRÊTOS AFRICANOS — In:  
“*O Justiceiro*” 25 dez. 1834, nº 8, p. 29 e 30.

Nada pode tanto sobre o homem, como o hábito: este forma uma nova natureza. Se não fora esta observação, com razão se affirmaria, ou que a especie humana não tem maximas, regras, e princípios certos, e invariáveis de conducta; ou que são tantas as castas diversas, quantos são os uzos contrarios, que na mesma se notão. Que praticas absurdas: que peníveis, e até increíveis sacrificios das mais caras affeições: que crueldades horriveis: que in-

---

(43). — *A Malagueta*. Ano I (nº 1-158); dez. 1821-31; mar. 1832. Rio de Janeiro, 1821-32.

(44). — *O Carijó*. Jornal Político e Literário. Ano I (nº 1-71) 10 jan. 1832 (19 nov. 1833). Rio de Janeiro, Tip. de Lessa e Pereira, 1832.

(45). — *Caramurk*. Ano I-II (nº 1-64). Rio de Janeiro, Tip. do Diário, 1832.

(46). — Cândido (Antonio), *op. cit.*, p. 103.

(47). — *Idem*, p. 104.

(48). — Hampejs (Zdenek), Para o estudo da linguagem da Imprensa Brasileira Contemporânea. In: *Revista Brasileira Contemporânea*. In: *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, v. 6 (1): 154-155, jan. 1961.

justiças revoltantes não se vem practicadas por povos antigos, e modernos, e com geral approvação, e plena acquiescencia dos magistrados, e espectadores! Que mais horroroso espectaculo, do que ver homens, sem que a menor offensa os tornasse inimigos, combaterem a vida; só pelo praser de ser acclamado vencedor de quem nunca o offendeu? e o que é mais; ser presenciada uma scena tão degradante com o mesmo praser, com que hoje os apaixonados assistem á briga de dois galos! Ente tanto o Imperio Romano no auge de sua civilização quando dava ao mundo lições de moral; e de justiça, deleitava à Capital com estas scenas de horror! Esqueçamonos do que practição povos da Africa, e Ázia, tendo em honra as mulheres precipitarem-se na mesma fogueira, que consume os restos mortaes de seus maridos, e a triste necessidade de formarse o funeral dos Principes com o assassinato de alguns prisioneiros, ou escravos! as victimas humanas sacrificadas á Divindade, e tantas outras practicas, que a ouvir, a rasão se nos revolta, o coração palpita, e quasi que maldisemos a criação do homem. Lembremonos desses duelos tão frequentes nos Estados Unidos, França, e Inglaterra. Por uma palavra inconsiderada as vezes, por uma offensa leve, e reparavel no mesmo Tribunal da opinião, dois individuos, que outrora até se amavão, correm ao combate, onde entregão a decisão da Querela não ao juiso dos contemporâneos, nem da posteridade; não aos magistrados encarregados pela Sociedade de terminal-as, não ao arbitrio imparcial de dois homens honrados escolhidos a contento de ambos, mas à sorte, que tantas vezes castiga o innocente, o offendido, o mesmo vilipendiado! Entre tanto o publico em geral justifica este acto de demencia, e até philosophos não duvidão salvo de immoralidade em certos cazos! Divina Religião! só vós constantemente reprovaste esta fraquesa no homem, esta rebelião na creatura. A Inglaterra ainda hoje consente, que o marido condusa a mulher adúltera por uma corda ao pescoço até a praça publica, e alli a venda a quem maiorpaga lhe dêr: factio humilhante, que entrega o sexo fragil a mais acerba das ignominias: arranca-lhe o pejo, a mais essencial, e delicada de suas qualidades moraes, e a inhabilita para nunca mais reassumir a honra perdida.

A vista destes factos não admira, como tantas Nações condusidas por motivos diversos conservão na escravidão entes da sua mesma especie, e que este acto, iniquo por todos os principios, produsa em todos os tempos e em toda parte as tristissimas consequencias que tras sempre a aberração do caminho da justiça. Os Brasileiros nascidos, e educados entre escravos, notando desde crianças differença de côr, de cabellos, e de costumes: observando

os maos tractamentos, e abjecção em que os escravos são tidos por seus Pais, os empregos à que são destinados, prevenidos pela educação, e pelo habito julgão justa a escravidão, principalmente, quando os Ministros da Religião possuem também escravos, e nunca declararão na Cadeira da Verdade, que este facto era contrario a Natureza, e ao Evangelho. De mais: julgão os escravos indispensaveis a vida. No Brasil a lavoira está na sua infancia: uma foice, uma enchada, e um machado é todo o instrumento do lavrador. Se o terreno é fertil: se a natureza prodigalisa seus dons, o serviço bruto do escravo faz a riqueza do senhor; mas se a terra tem necessidade de alguma cultura, o escravo obrigado a trabalhos excessivos; quasi sem comer, e sem dormir ainda assim em breve tempo perde a vida, e empobrece ao senhor: eis o que é mui frequente entre nos. Ora neste estado de atrasamento da nossa agricultura, dos habitos, e opiniões de nossos patricios acabar de um jacto com o trafico de pretos Africanos, é querer um impossivel. Ao principio pareceu, que ao menos a moral ganharia, embora o interesse perdesse; mas pelo contrario, tudo peiorou.

O Commercio alem de iniquo, tornou-se illegal: o interesse, é uma necessidade criada por habitos, e opiniões inviteradas resiste a todas as tentativas de uma ou outra Autoridade, que pertende que a Lei se execute. Centenares de escravos enchem todos os dias as Fazendas dos nossos Lavradores, e crescendo o mal como cresce, inevitavel é, que a lei cáia, e que as Autoridades cedão. Entre tanto se esses miseráveis Africanos ja em outro tempo soffrião todas as privações, e crueldades a que a sordida avaresa desses infames vendedores de gente os obrigava quer nos Barcos, como em terra, hoje estão expostos á todo genero de deshumanidade, a que a mesma avaresa unida ao temor tem necessidade de lançar mão. Já entre nós alguns factos se contão, e sabido é o que practicavão os Americanos do Norte em iguaes circunstancias. Os Barcos sujeitos ás visitas, e a graves penas, recordão os Mestres a toda casta de artificio para illudir a pesquisa dos executores; ja mettendo os pretos entre o montão de lenha, onde muitos erão pisados gravemente; ja mergulhando-os nos tanques d'agoa, ja mettendo-os em caixões, onde abafados alguns, exalavão o ultimo suspiro, ja em fim lançando-os ao mar para serem devorados dos peixes, ou em pipas, para que passado o perigo, pudessem ser ainda aproveitados os que escapassem com vida.

A humanidade dictou sem duvida o tractado, que fez o Ex-Imperador com a Inglaterra para a abolição do trafico da escravatura; e os nossos legisladores levados do mesmo sentimento, quizerão fazel-o efficaz por meio da lei; mas todos enganarão-se:

a prudencia faltou; o mal cresceu; e se remedio opportuno não vier á tempo, talvez as consequencias sejam verdadeiramente de-sastrozas.

Em nossa opinião, o primeiro passo, que convem, é estabelecer em todas as Provincias Escolas Normaes de Agricultura: entre outras vantagens conseguir-se-ha a e practicamente reconhecerem os lavradores, que pequenos terrenos, e pouco fertéis, e com um decimo, ou vigesimo de braços obtem-se com menos custo maior e melhor producto; e que tendo seus filhos essa occupação honrosa, dependente de razão mais cultivada do que a dos escravos, augmentar-se-ha a sua riqueza independente de grande numero d'estes. Este objecto será melhor desenvolvido em um art. que reservaremos para quando trabalhar a nossa Assembléa Provincial.

O segundo passo é ser o Governo Geral habilitado para engajar Colonos, que vindo vem escolhidos, e ja convencionados para a agricultura, devião, chegando convenientemente repartidos pelos lavradores, que menos meios tivessem de os mandar vir, pagando á vista, ou a prazos rasoaveis as despesas feitas com elles. Os nossos Vasos de Guerra apodrecem nos Ancoradócios, sem a menor vantagem pública. Já que é mania nossa ter Marinha de Guerra sem ter a Mercante, ao menos sirvão para transportar Colonos para as differentes, Provincias do Império; e para isto basta a tripulação indispensavel para as manobras da viagem; o que fará, que a despeza seja pequena. Consegue se alem d'esta vantagem, a do exercicio da Maruja, e acostumar alguns dos nossos moços officiaes a perder o enjão e ver praias remotas.

Feito isto, então convem, que o Legislador proclame em voz bem alta aos Brasileiros, que é tempo de acabar com a escravidão que tanto deshonra a nossa civilização; que é uma vergonha contradição com principios liberaes que professamos, conservar homens escravos, e perpetuamente: diga-se n'esta occasião tudo quanto os ecomistas, os philosophos, os philantropos, e os que tem religião tem escrito contra a mais absurda das iniquidades. Gradualmente-se fará essa extincção segundo a idade, e origem do escravo, com todas as precauções, que dicta a prudencia, e a politica a bem do mesmo escravo, e da sociedade. D'este modo intendemos nós practica rasoavel, e justa a extincção da escravatura; mas embaraçar, que buçaes Africanos, pela maior parte destinados escravos dos seus conterraneos, deixemos sel-o no Brasil; entretanto, que os nascidos cá, creados entre os filhos dos brancos, educados segundo nossos usos, alguns d'elles ja mestiçados com raça Europea, ou Brazileira, continuarão a ser escravos em todas as

seguintes gerações! É miserável contradição que não escapa á mesquinha intelligencia dos nossos rusticos. Debalde se lhes descreva com cores horriveis a escravidão chame-se embora traficantes de sangue, e carne humana os vendedores de homens; como poderão os nossos lavradores combinar essas expressões com a perpetuidade da escravidão dos crioulos approvada pela lei.

Se queremos leis exequiveis, cumpre que ellas sejam inteiramente justas; que não sejam palpavelmente contractoras: que quando o povo não conhece a justiça do seu proceder: quando julga comprometida sua felicidade com a privação, que se lhe quer decretar, seja primeiro instruido e que se lhe offereção os verdadeiros, e solidos meios de ser feliz.

Concluimos, que em nossa opinião a lei deve quanto antes ser derogada para evitar os males, que causa actualmente e para o futuro causará: que deixamos á vigilancia Ingleza o embarçar o embarque, o transporte dos Africanos, e que tractemos ja das Escolas Normaes de Agricultura, e de Colonos, para então d'uma vez acabarmos com esta vergonha, e infamia, que deve cobrir a toda a Nação que quer ser justa.

\* \*  
\*

### INTERVENÇÃO

Do Prof. *Dióres Santos Abreu* (FFCL/Presidente Prudente. São Paulo).

Indaga-se o Autor:

1.º) — Concorda com a exposição sôbre a validade da utilização dos jornais na pesquisa em História;

2.º) — Acredita que o método lingüístico de análise de textos de periodicos contorna o problema levando por José Honório Rodrigues como fonte histórica;

\* \*  
\*

### RESPOSTAS DO PROF. ARNALDO CONTIER.

Ao Prof. *Dióres Santos Abreu*.

Diz que alguns historiadores brasileiros iniciaram pesquisas baseadas em artigos publicados em periódicos.

Os "perigos" das análises errôneas de textos não ocorrem somente em relação à imprensa, mas também, no que concerne às

compreensões de quaisquer documentos. Por exemplo, Feijó afirmava que a manutenção do trabalho escravo representava uma contradição com os princípios liberais. Isso não significa que o referido autor estivesse propondo soluções para a questão servil. Objetivada solucionar os problemas agrícolas brasileiros através da instauração de Escolas Normais de Agricultura em tôdas as Províncias e favorável à vinda de colonos estrangeiros.

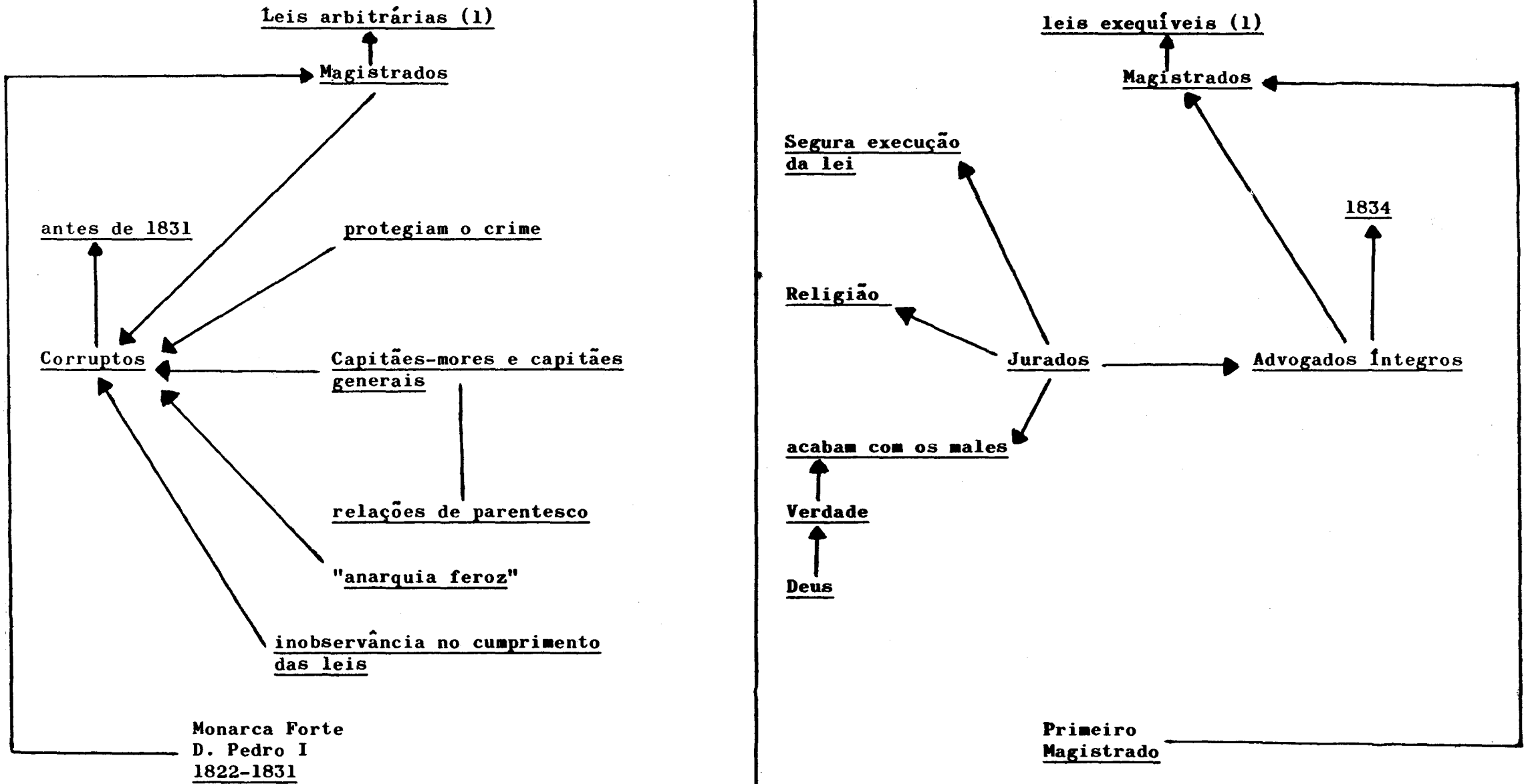
Os estudos realizados pelos historiadores (em sua maioria) representam *paráfrases* dos documentos referentes ao Período Regencial (1831-1840). O Vocabulário empregado pelos historiadores reflete os textos polêmicos dos políticos desse histórico Feijó, José Bonifácio, Evaristo da Veiga, entre outros; “anarquia”, “revolução”, “desordem”; “caos” etc.

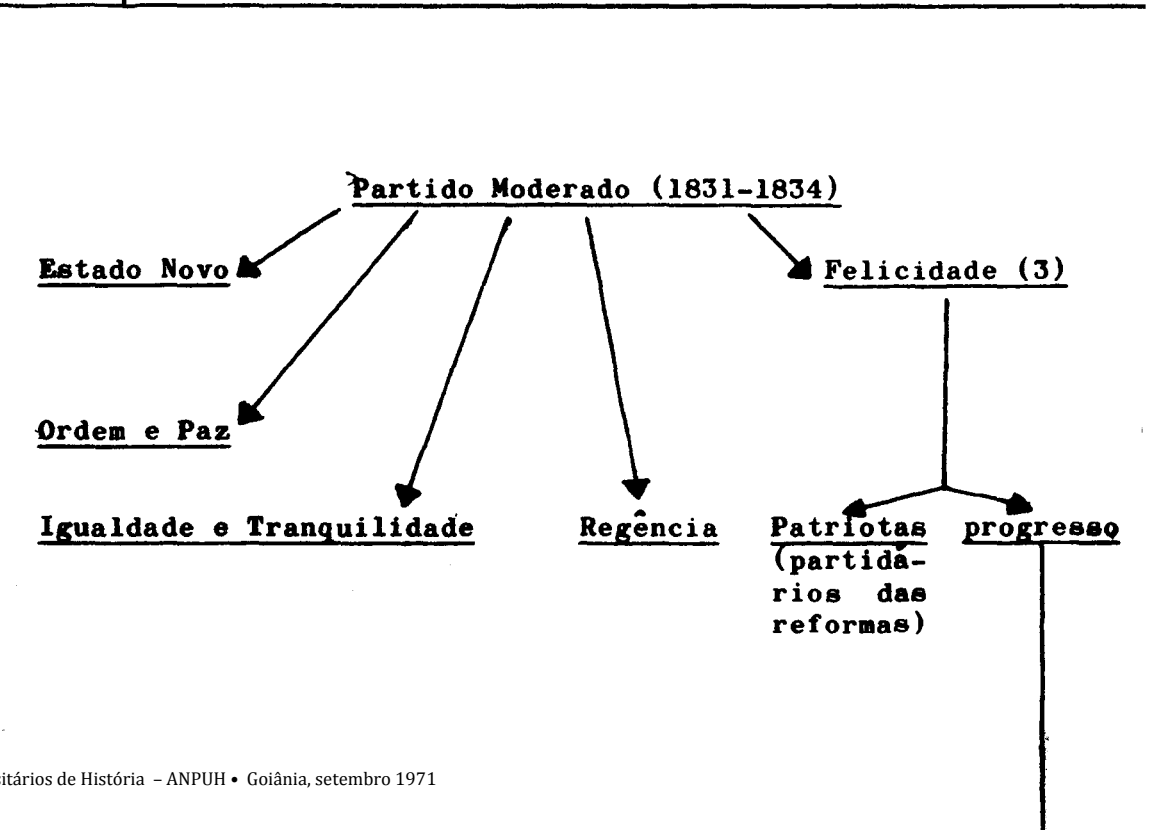
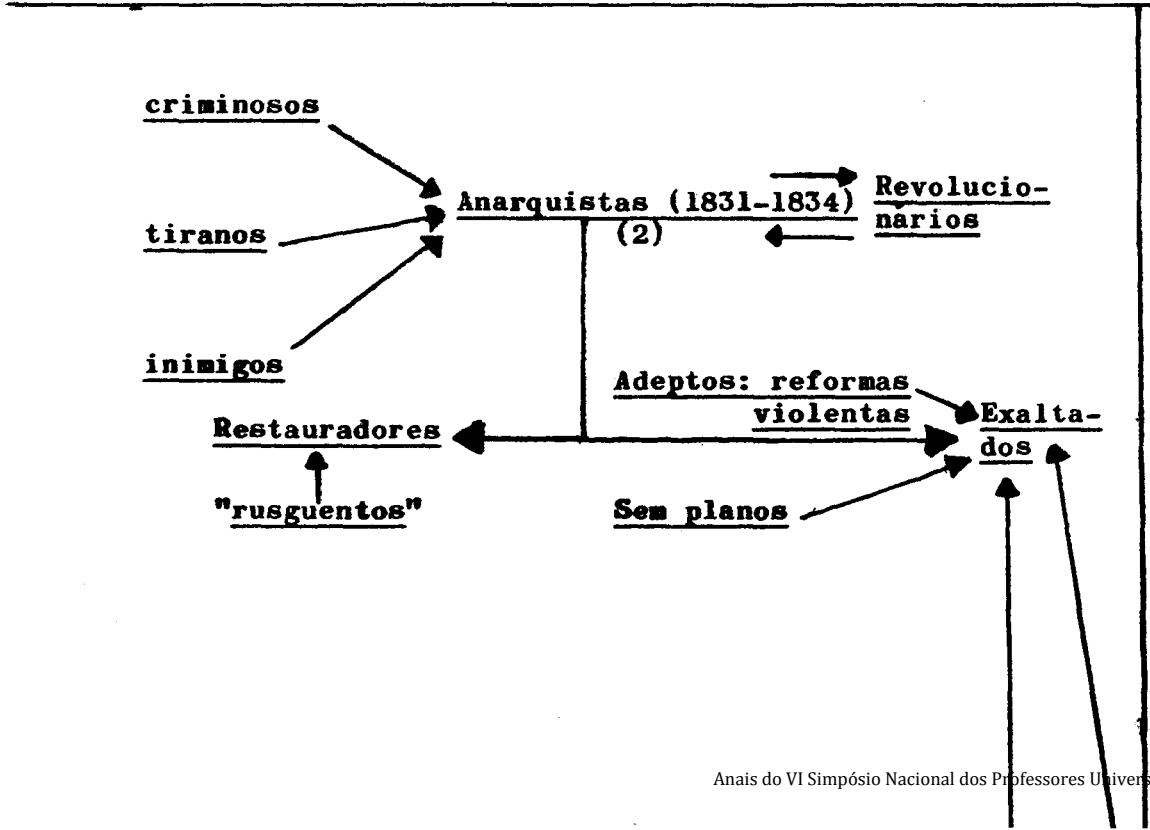
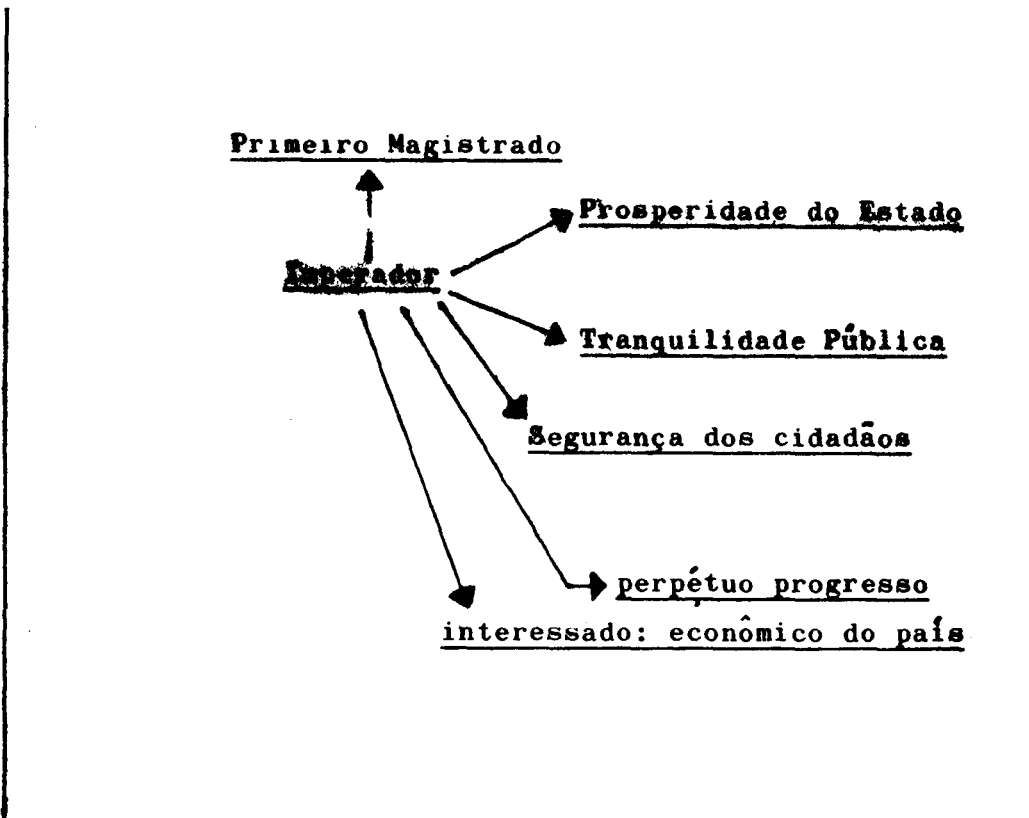
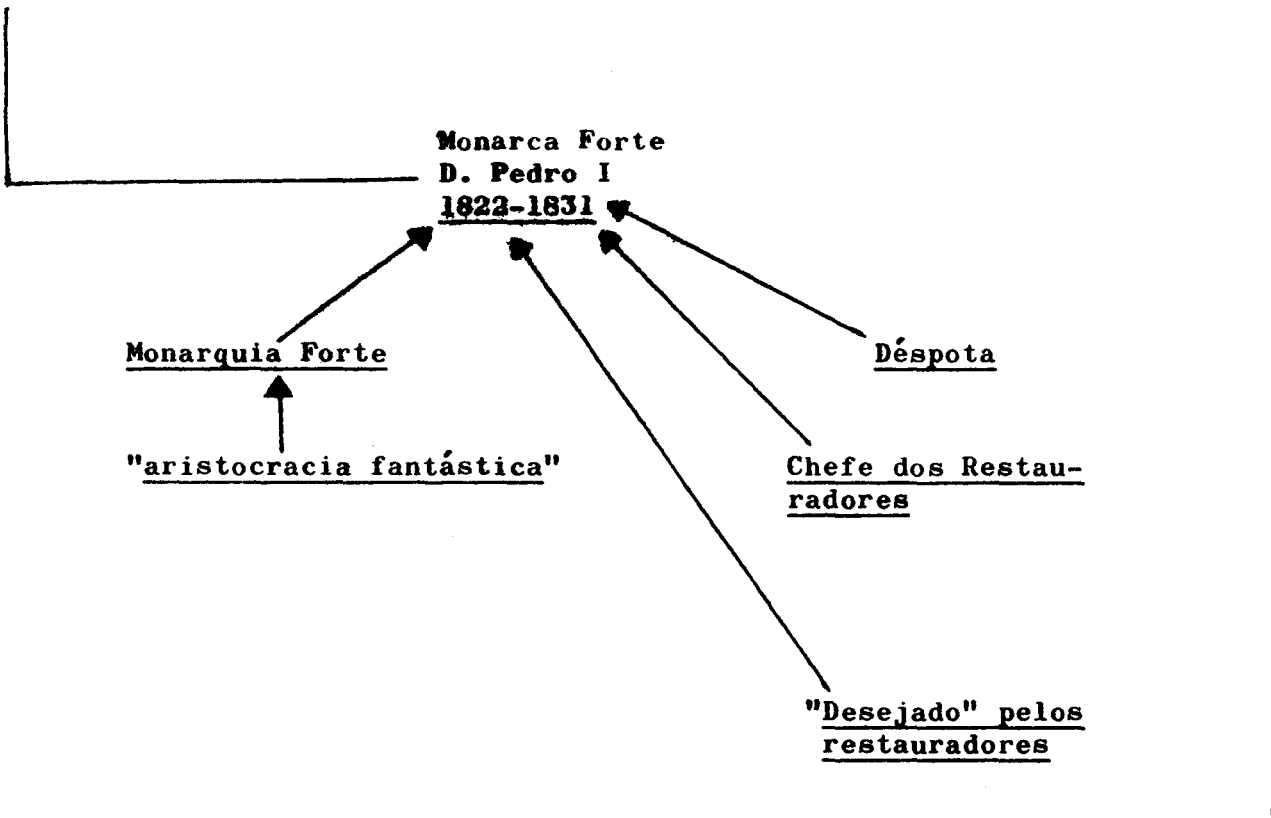
Os princípios metodológicos de Langlois-Seignobos (críticas interna e externa de um texto) não são suficientes para se elaborar uma análise crítica e rigorosa dos vocábulos empregados num determinado contexto de um discurso expresso nos documentos históricos.

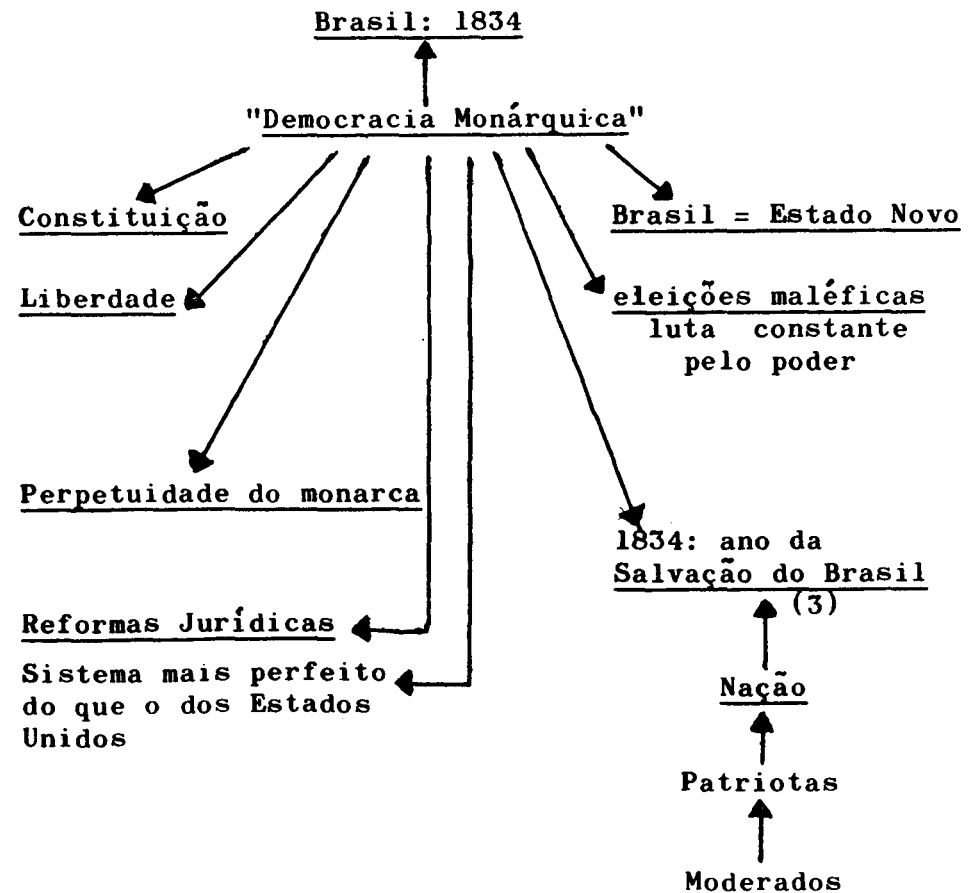
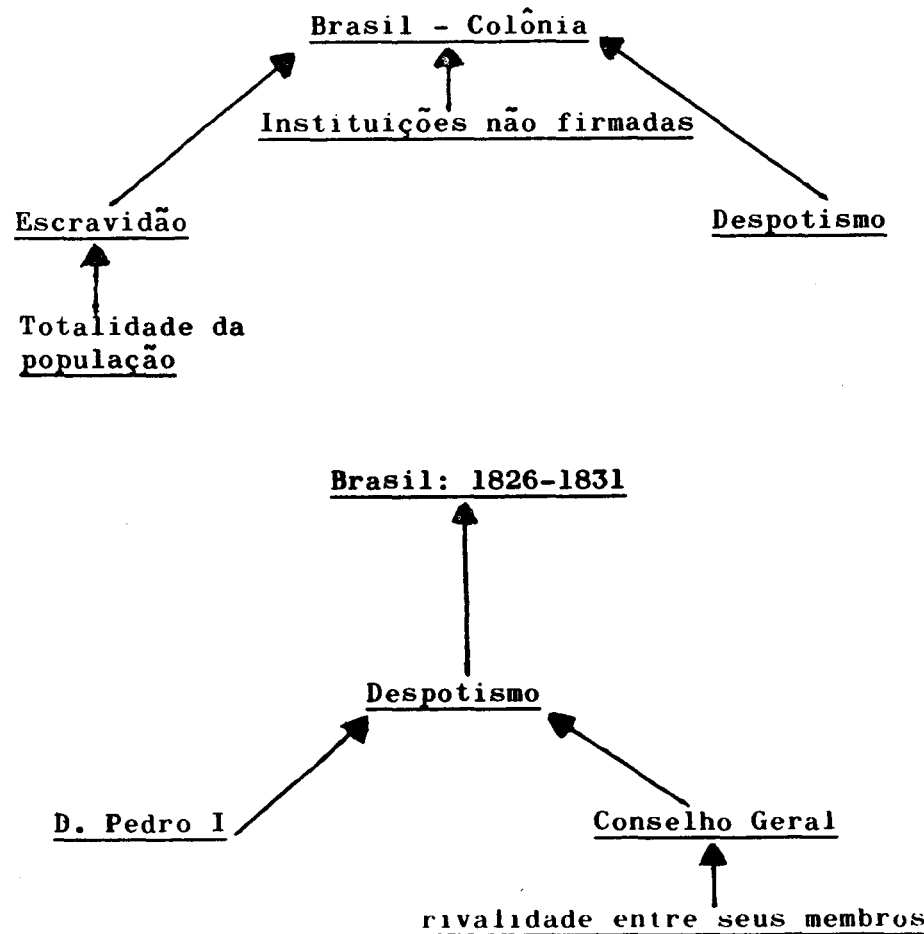
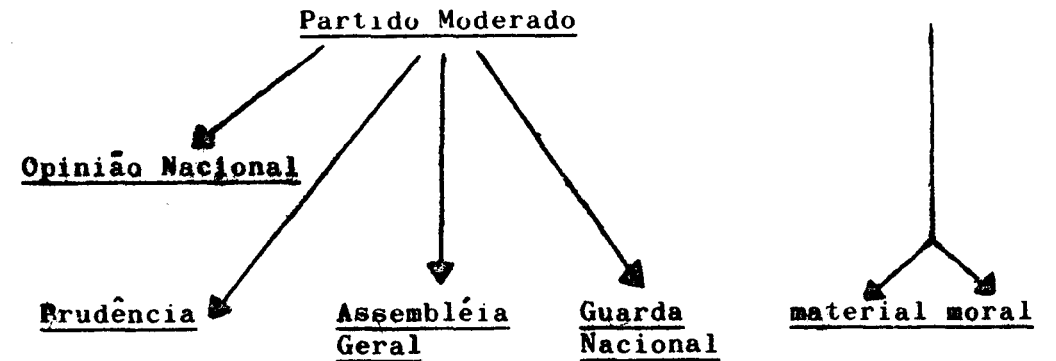
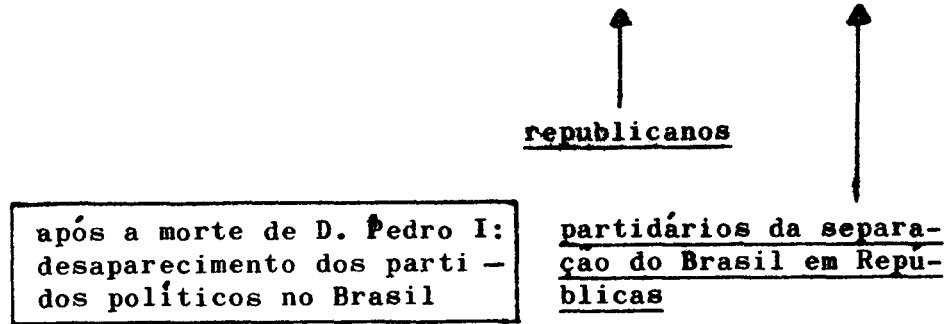
\* \*  
\*

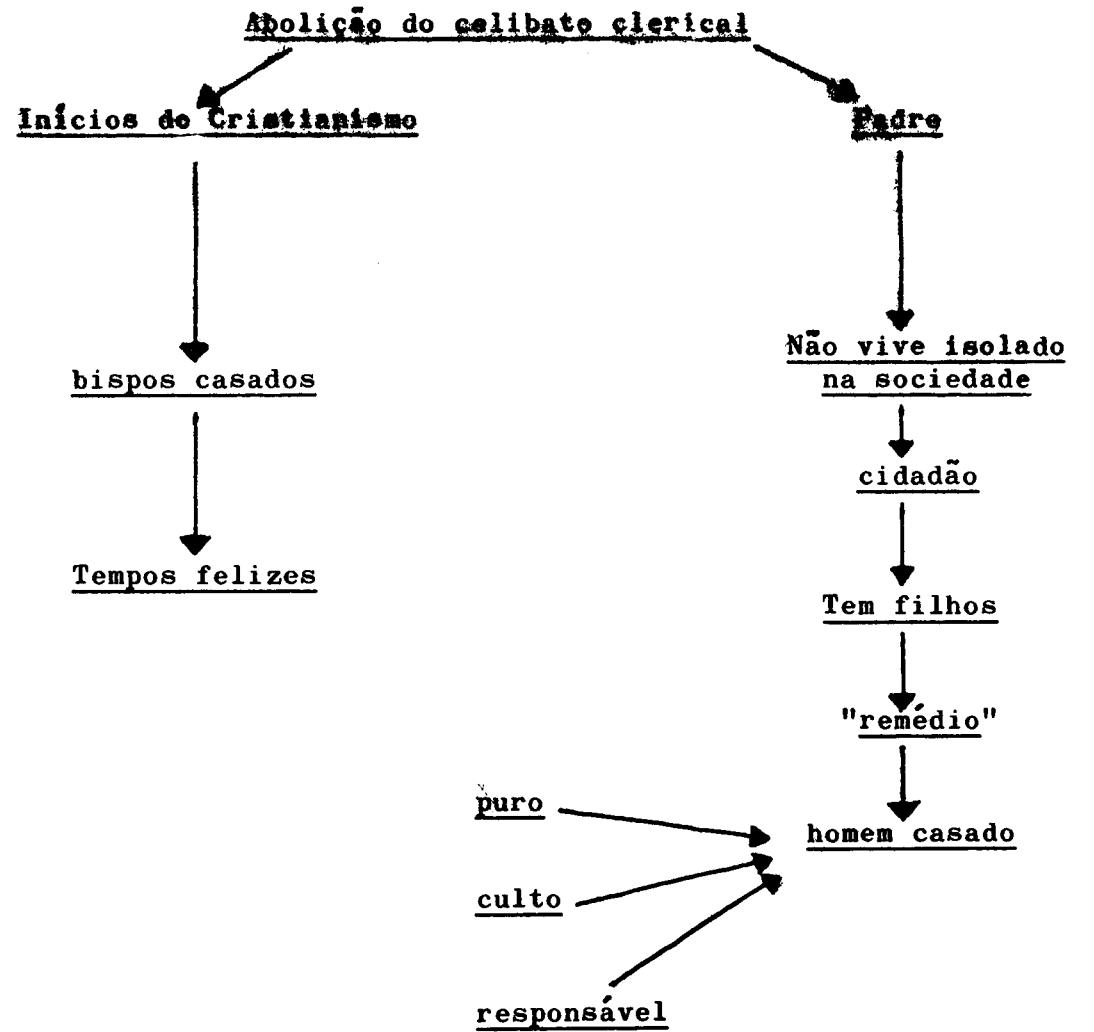
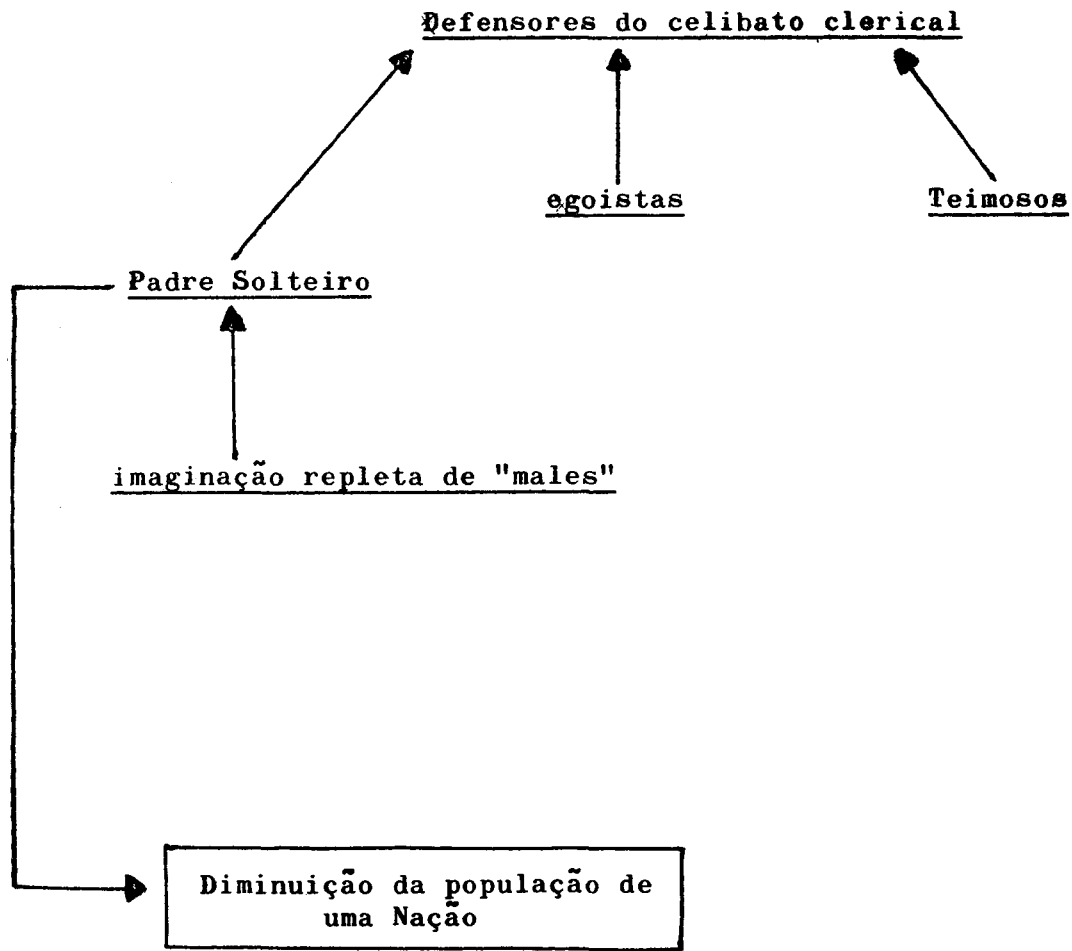
No encerramento da exposição o Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França, presidente da mesa, aludiu à oportunidade dessa tentativa metodológica. Ainda que enfatizasse a necessidade de uma posição cautelosa do historiador na manipulação de determinadas entidades teóricas, considerou perfeitamente válida a experiência, notadamente por focar um período que ainda permanece nebuloso quanto à determinadas posições de seus personagens mais importantes.

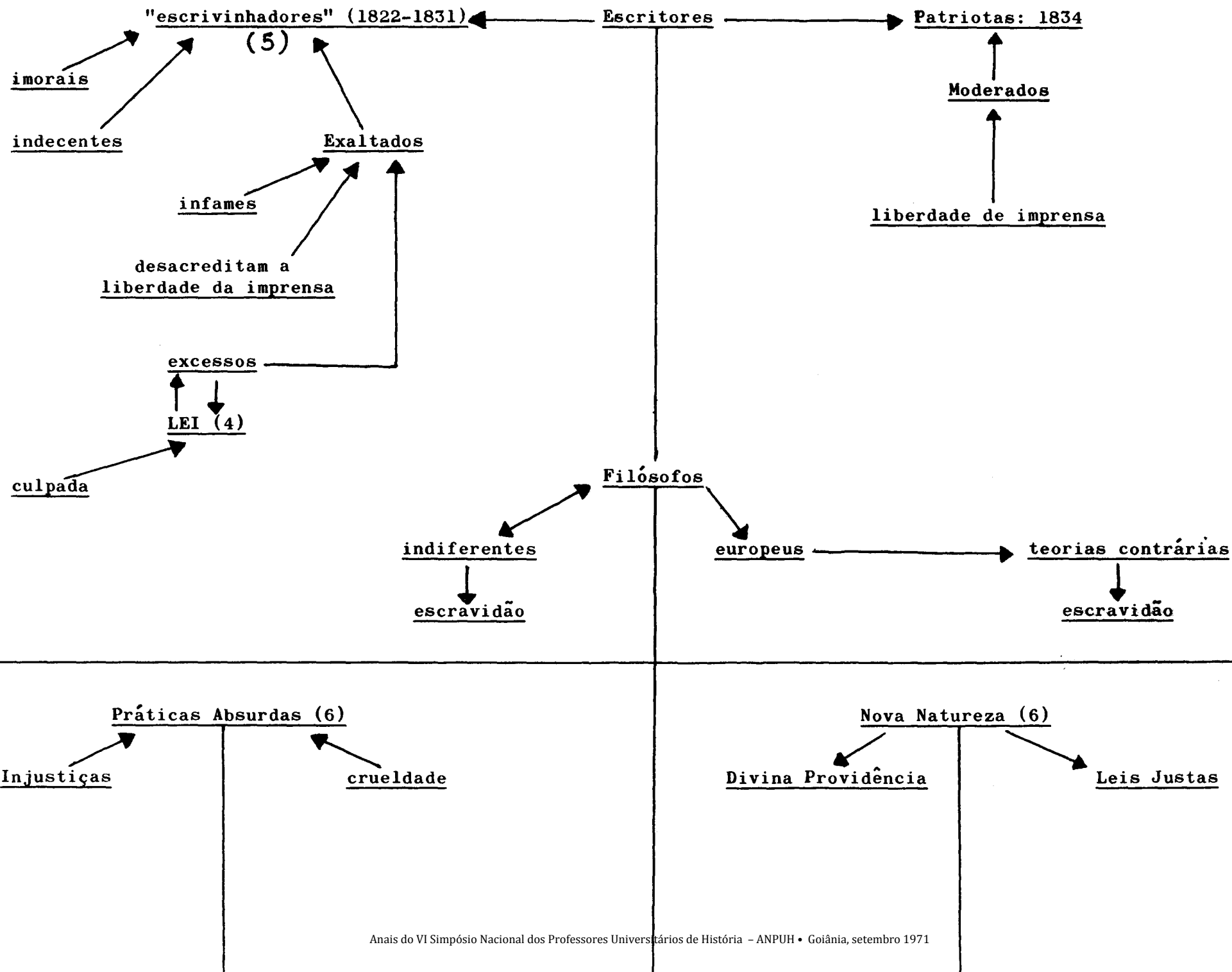
Apêndice: 1. Análise experimental dos vocábulos utilizados pelos redatores do jornal "O Justiceiro" (17 números)

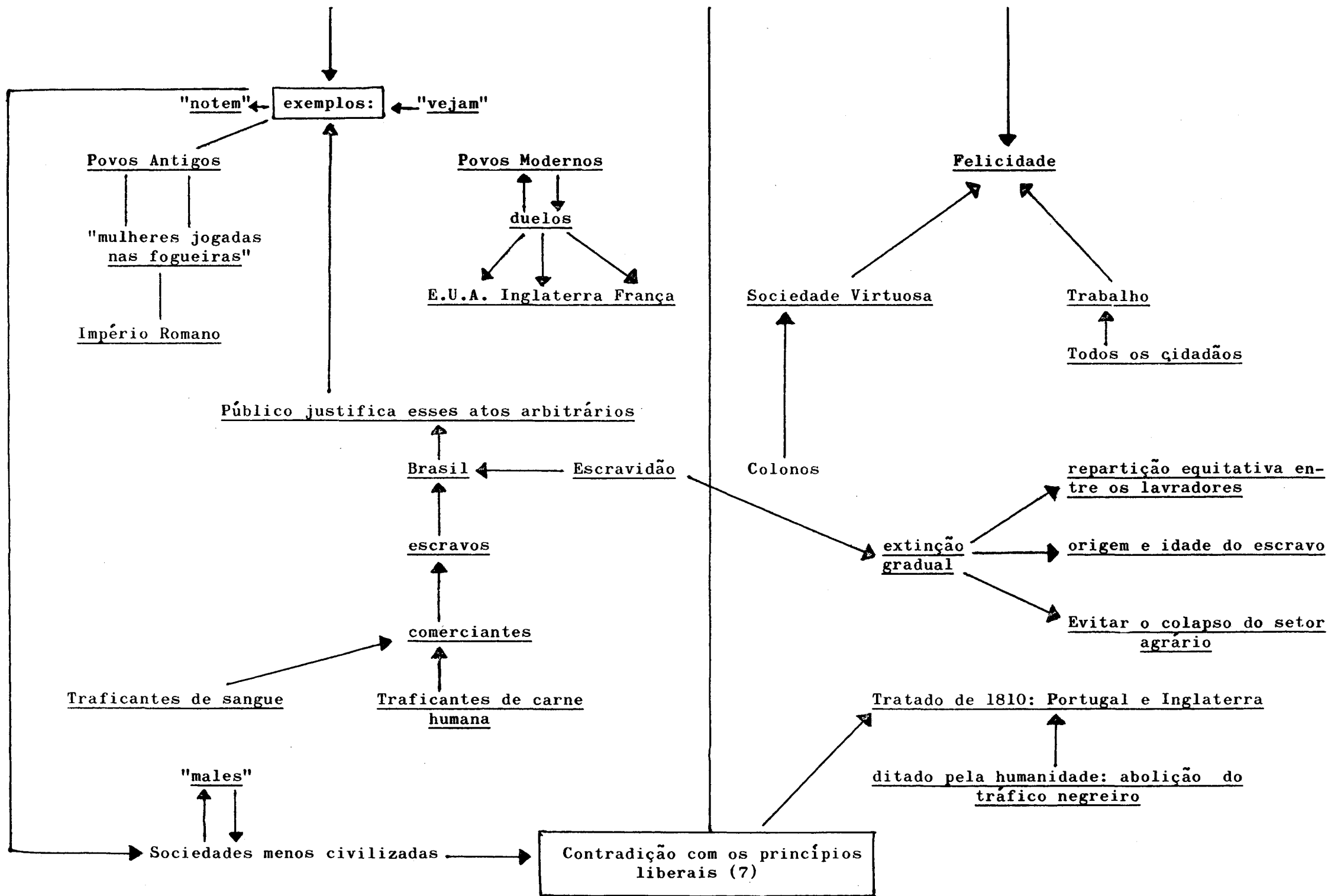


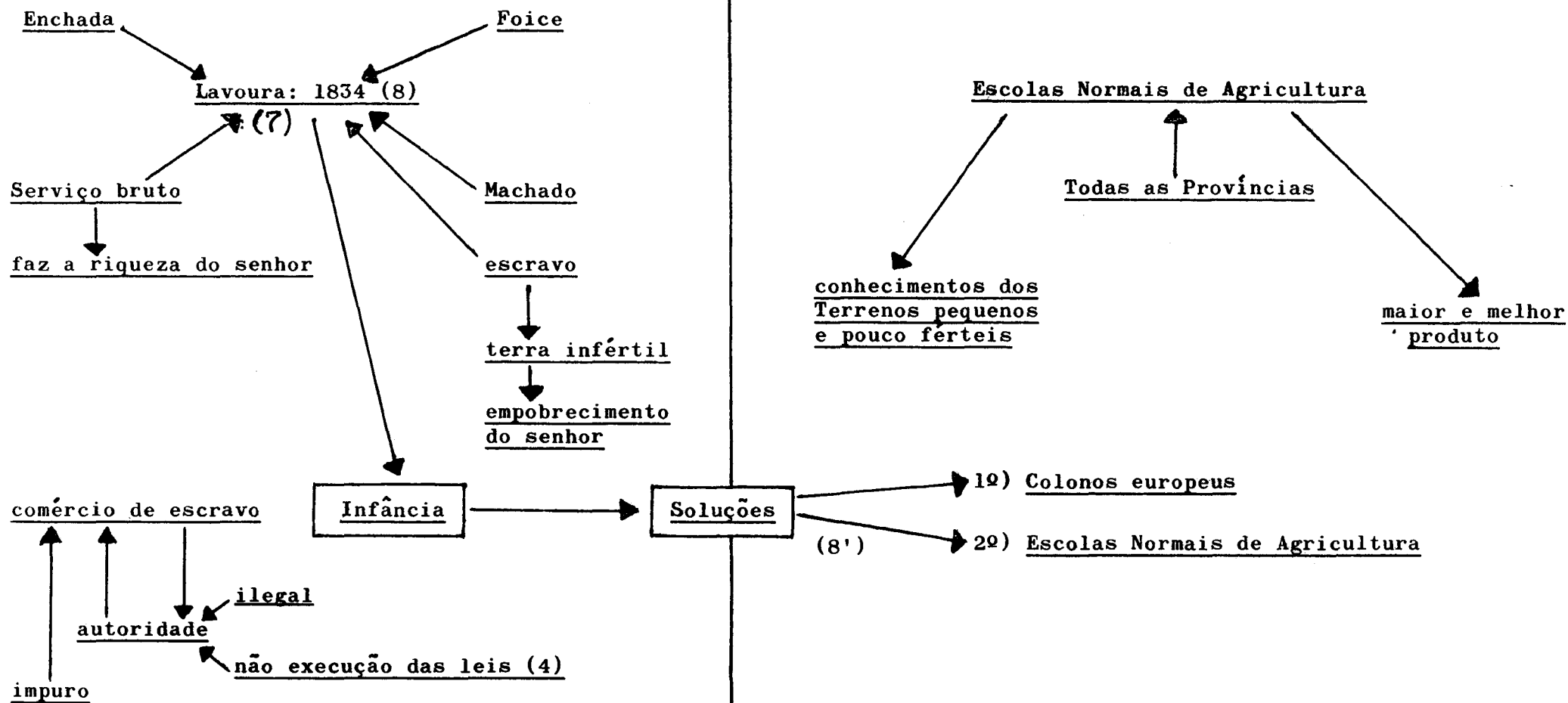












Observação: As várias operações realizadas nesse quadro obedecem aos princípios metodológicos expostos.

À guisa de ilustração forneceremos através de exemplificações algumas operações que seguimos na elaboração do referido quadro.

Legendas:

- (1) - Relações paradigmáticas.
- (2) - Operação teórica segundo R. Jakobson: continuidade.
- (3) - Operação teórica segundo R. Jakobson: similaridade.
- (4) - Exemplo: politização do vocabulário moral e religioso utilizado pelos redatores.

- (5) - Polissemia.
- (6) - Texto: "Do Tráfico dos Pretos Africanos".
- (7) - Diagnóstico da "realidade" brasileira: grande propriedade agrária; comércio periférico e mão-de-obra escrava.
- (8) - Os "males".
- (8') - Os "bens" = "remédios": soluções.